

**O pensamento geopolítico na construção da doutrina das Forças Armadas brasileiras
(1945-1964)**

Adriano Moura de Oliveira¹

¹Doutorado em andamento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - História Social; possui Mestrado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009) Graduação em História (Bacharelado e Licenciatura) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). E-mail, adrianomdo@gmail.com

Introdução

Normalmente quando se trata de compreender os elementos que compõem a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, indiscutivelmente presentes na América Latina e no ideário golpista em grande parte das ditaduras aqui instauradas, o ponto de partida é a década de 1960 e as necessidades das nações imperialistas de garantirem instrumentos de defesa frente a ameaça do comunismo internacional. Ainda mais comum, é identificar as origens desse pensamento como fruto, único e exclusivo, do *establishment* militar americano, no qual tal ideologia, segundo algumas análises², iria alastrar-se nas diferentes Escolas de Guerra no Continente sendo transmitida quase sem modificações ou contestações. Entretanto, essas análises avaliam apenas de maneira superficial o processo histórico de construção do ideário interventor que levou às ditaduras, pois entendem que os chefes militares latino-americanos não tinham – e nem precisavam ter - ideia do tipo de sociedade e de governo que iriam fundar, ou seja, apagou-se a história política da constituição das Forças Armadas, suprimiu-se o valor dos intelectuais militares e de suas ideias na edificação de uma ideologia e se apostou numa inconsciência militar em relação a realidade.

Diante desse cenário, buscamos inserir nosso olhar no interior desta discussão, estabelecendo, a princípio, algumas perguntas delineadoras: Qual o centro organizador da Doutrina Militar? Quais elementos compõem ou mesmo definem os conceitos de Segurança e Desenvolvimento? Onde ficam suas raízes teóricas? Quem são seus interlocutores? Quais intenções apenas vicejam e quais prevalecem? Se a doutrina militar exposta nos manuais pretende ser um instrumento de intervenção na realidade³, qual é essa realidade vislumbrada? Os problemas que denotam destas questões incidem no caso brasileiro; é justamente aí que recai nosso esforço investigativo: nas posições apresentadas em três pontos centrais, a saber, a origem desse pensamento (doutrina), a forma ele que adquire nas décadas de 1950-1960 e os elementos efetivos de sua execução.

Segundo o tenente-coronel Manuel Thomaz, pode-se conhecer mais sobre as Forças Armadas brasileiras olhando o período entre 1939 e 1945 do que qualquer outro momento de

²Um dos defensores desta tese é COMBLIN, 1978.

³Como comentário, cabe aqui uma citação: “A doutrina de ação política apoia-se ao mesmo tempo em uma teoria e em uma realidade. Sua qualidade resulta da otimização desta dupla vinculação: seguros fundamentos filosóficos e científicos, correta entrosagem com o mundo real.” Fundamentos da Doutrina/ Escola Superior de Guerra”. Rio de Janeiro: ESG, 1981, p.14.

sua história. Retiremos dessa afirmação os equívocos e teremos as impressões de um ex-combatente da Força Expedicionária brasileira (FEB) que lutou ao “lado” dos norte-americanos nos campos de batalha em fins de 1945 e retornou convicto de que a experiência havia aumentado consideravelmente o poder do exército – cristalizando seu papel, sua missão e seu relacionamento societário⁴. Essa impressão não é única, a participação dos pracinhas na Guerra tem uma simbologia determinante numa mudança de postura das Forças Armadas em relação à sociedade e a si mesmos. José Murilo de Carvalho mostrou que, entre 1930 e 1945, duas correntes ideológicas disputavam as mentes no exército: de um lado os oficiais contrários a intervenção militar no Estado – adeptos de uma dedicação exclusiva a defesa externa –, de outro lado, uma corrente surgida do aparelhamento do exército com Getúlio Vargas que, a partir de 1937, via na intervenção algo natural e benéfico ao progresso do Estado. Como mostra as memórias do tenente-coronel Thomaz, após o conflito sobrepunha-se a segunda corrente;

Mesmo participado do conflito de forma discreta, as Forças Armadas brasileira sofreram profundamente as suas influências, podendo-se mesmo afirmar que não houve setor das suas atividades que não tenham sentido as suas reações, a começar pelo próprio homem que muito se valorizou no embate com a realidade. Se a posição militar no seio da sociedade já era de destaque pela sua ativa participação na formação da nacionalidade e de fiéis defensores da sua soberania, mais se realçou e reafirmou perante a nação pelas imperecíveis conquistas obtidas no campo de batalhas em confronto com os melhores soldados da época. Os reflexos no âmbito interno das suas próprias instituições asseguram-lhe um clima de maior sociabilidade, mais suave, compreensível e tolerante, bem como melhores padrões de vida à altura do seu nível cultural, criando um novo ambiente de convivência que, aos poucos, vai modelando novos hábitos e afirmando novos conceitos mais adequados ao progresso. (BRANCO, 1960, p. 374.)

Se de um lado a guerra modificava os “espíritos”, de outro, transformava também as estruturas. Sob a presidência do ex-combatente da FEB Osvaldo Cordeiro de Farias foi arregimentada, pela lei nº.785 de 20 de agosto de 1949, a Escola Superior de Guerra⁵, uma organização que a partir do modelo norte-americano da National War College deveria

⁴A experiência da FEB na guerra deixou profundas marcas não só no grupo de oficiais que dela fizeram parte, como também na própria estrutura organizacional e doutrinária das Forças Armadas no Brasil. A preparação nas escolas militares americanas, a experiência do combate, a convicção da necessidade de um aparato logístico e material então impensáveis no Brasil dos anos quarenta, a confiança na amizade inabalável entre as duas nações aliadas, a certeza da descoberta do potencial brasileiro para o desenvolvimento, a invocação dos sucessos da livre-iniciativa e dos ideais da democracia representativa, a convivência de oficiais com a organização e o *establishment* militar norte-americano, foram, para os oficiais da FEB, uma verdadeira abertura de horizontes.

⁵O grupo que influíra na elaboração da ESG e na indicação de Cordeiro de Farias se completava com os nomes dos oficiais, Golbery do Couto e Silva, os irmãos Orlando e Ernesto Geisel, e Jurandir Mamede. Golbery do Couto e Silva. Ver sobre a formação da ESG em, FERRAZ, 1997.

funcionar como “*um Instituto de altos estudos, diretamente subordinada ao Estado Maior das Forças Armadas, destinada a desenvolver e a consolidar os conhecimentos necessários ao exercício de funções de assessoramento e direção superior para o planejamento*”(Departamento de Imprensa Nacional, 1950, p. 36), conforme descrito na lei. Para os norte-americanos os objetivos políticos eram claros: manter sob tutela as Forças Armadas de países considerados estratégicos. Para as Forças Armadas brasileiras o objetivo era o inverso: criar condições para a emancipação política e econômica.

No documento elaborado na fase de estudos, o tenente-coronel Idálio Sardenberg, em outubro de 1948, ao escrever o regulamento da Escola, atestava ser indispensável aos objetivos da instituição: elaborar um projeto de desenvolvimento acelerado conjugado aos problemas internos que seriam a política nacional, o caráter da população, as questões geográficas e tantos outros temas que claramente demonstravam que a escola não havia se constituído apenas para servir de canal aos objetivos expansionistas norte-americanos, mas ao contrário, os militares estavam prontos para pensar e agir de modo autônomo⁶. Os manuais doutrinários passariam a expressar a força dessas convicções;

Sempre existe o risco de ser tentada a importação de modelos e objetivos sem compromisso real com as aspirações nacionais. Nesse caso, o governante terá falhado na aplicação de toda arte necessária na formulação da Política de Desenvolvimento Nacional. As comunicações sociais podem exercer pressões psicológicas diversas sobre o ambiente nacional, gerando um “efeito demonstração” que leva a imaginarem-se necessário, algumas vezes de forma angustiante, certos objetivos ou certos padrões de bem-estar. Cumpre lembrar que outras nações, em virtude de características próprias e estágios diferentes de desenvolvimento, orientam seu esforço nacional segundo suas próprias e específicas condições, não podendo, portanto, servir de modelo. Os objetivos contidos na Política de Desenvolvimento devem ser genuinamente nacionais, guardando dessa forma respeito e coerência com as tradições e o caráter nacional. (ESG, Fundamentos da Doutrina, 1981, p.27)

⁶Em discurso ao jornal Tribuna de Imprensa no ano de 1951, o general Cordeiro de Farias abordou o contexto de formação da Escola; os pontos principais foram: primeiro ponto, Segurança Nacional “não abrange apenas as Forças Armadas. A interdependência das nações é hoje essencial à segurança. Dentro de cada nação, todo o seu potencial constitui alicerce da segurança. Este é um ponto que todos reconhecem menos os que são contra ela”; segundo ponto, ainda sobre segurança, “Ela é sólida quando os homens possuem: a. liberdade para viver e trabalhar; b. economia livre, limitada apenas quando se torna nociva ao interesse público; c. garantias individuais; d. governo e partidos a serviço da coletividade (e não o contrário); e. política exterior firme e decidida, mesmo com sacrifícios, tendo em vista o interesse permanente do Estado [...] O estado de segurança de um país é a resultante de sua política nacional interna ou externa. Neste ponto convém acentuar que nos faltam, no Brasil, os itens (a), (b), (d) e (e). Quanto ao (b) funciona mais ou menos, com breves exceções”. Jornal Tribuna da Imprensa datado de 08/12/1952 anexo ao "Relatório Reservado" Dossiê DEOPS 50.Z.09 documento nº 197^a.

Não é de espantar a rapidez com que termos como modernização e aceleração do desenvolvimento foram substituídos pelos de Potência Mundial. Transformar o Brasil numa potência comparada aos Estados mais influentes no concerto internacional, não era uma novidade. Essas intenções se fizeram visíveis nos horizontes dos dirigentes do Estado Novo, tanto nas políticas desenvolvimentistas internas, quanto nas tentativas de inserção externa em âmbito regional. Vale frisar que essas políticas estiveram sempre acompanhadas de um discurso altamente patriótico/nacionalista, advindos de intelectuais dos mais variados segmentos, especialmente militares. Todavia, se as Forças Armadas não foram as únicas a sonharem com um Brasil Potência, sem dúvida tais ideais - discutidos nos manuais, nos boletins e nas palestras de uma gama de intelectuais - solidificaram-se nos quartéis nesse período, com uma roupagem estritamente militar.

Formava-se, assim, o início do processo de racionalização da ação política, com vistas à modernização do País e a aceleração de seu desenvolvimento, aspirações que já estavam na consciência de ponderáveis parcelas das elites nacionais, civis e militares, e que as práticas então vigentes estavam longe de alcançar. Formava-se também a convicção de que a racionalização deveria estender-se a todos os processos da ação política, tanto na área da Segurança como na do Desenvolvimento. Ainda segundo os fundadores da ESG, a Segurança – preocupação que dominara os espíritos logo após a Segunda Guerra Mundial – já não se contém nos limites da Defesa e, por isso, extravasa o campo militar para impregnar-se de aspectos políticos, econômicos e psicossociais. Além disso – e neste ponto reside o traço peculiar da ESG – verificou-se que os problemas da Segurança estão intimamente ligados com os do desenvolvimento, ao ponto de ser impossível tratá-los, a nível político, como fenômenos separados (ESG, Doutrina, 1959, p.250).

Sustentado pela concepção da existência de Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) – “[...] que representam interesses e aspirações vitais e que, por isto mesmo, subsiste, por longo tempo”⁷ – a ideia de Brasil-Potência apareceria nos manuais desdobrada em temas ligados a “autodeterminação” do Brasil, isto é, temas como a integração nacional, a unidade nacional, a integração regional/externa, a prosperidade e o prestígio internacional, além de soberania e, logicamente, projeção de poder. Não é demasiado supor que os termos Segurança

⁷ De um lado, a vida de uma nação consiste, sobretudo, em manter os valores tradicionais, gerando objetivos de conservação, equilíbrio e ordem, contidos no conceito de Segurança. Por outro lado, há que se atualizar, renovar e inovar valores, o que se traduz em objetivos de engrandecimento e aprimoramento da nação como um todo e cada indivíduo, o que se contém no conceito de desenvolvimento [...] objetivos nacionais permanentes são, pois os que motivam e conformam, em determinada época histórica, toda manifestação de um povo como nação e possuem, em grau maior ou menor, caráter de permanência, passíveis, no entanto, de sofrer alterações em face de seu processo histórico-cultural. ESG, Fundamentos da Doutrina, 1981, p.27.

e Desenvolvimento – subdivididos nos tantos componentes dos Objetivos Nacionais Permanentes – estão diluídos no conteúdo maior que é a projeção do Estado.

Compreender o Brasil-Potência é condição *sine qua non* para reconstruir os termos Segurança e Desenvolvimento em diferentes momentos históricos. Mas como reconstruir esses termos? Qual Brasil Potência é esse desejado pelas Forças Armadas? Quais instrumentos permitiriam sua execução? Acreditamos que o único modo de compreender a visão dos militares sobre o Brasil, assim como as possibilidades de uma ascensão abrupta do Estado na concepção desses oficiais, é partindo do núcleo formador dessas ideias, do “objeto” de onde partem as concepções, os anseios, as inseguranças e as visões de mundo.

A Doutrina Militar expressa em seus manuais – divulgada exaustivamente na sociedade – é apenas o escopo de uma construção ideológica. É neste ponto que pretendemos avançar metodologicamente nos estudos sobre o tema. Importa-nos as ideias que orientaram a estruturação dessa ideologia, bem como os intelectuais militares que se propuseram a pensar esse Brasil “moderno e desenvolvimentista” entre os anos de 1945 até 1964, uma vez que foram esses intelectuais, dotados de uma “consciência geográfica do Estado” de raiz determinista, que equacionaram, sob a ótica territorial, os instrumentos de: política Nacional, poder Nacional e os Objetivos Nacionais. Estabelecer a genealogia do pensamento geopolítico brasileiro como a linha condutora deste trabalho não é um ato arbitrário, mas uma consequência da pesquisa histórica.

Englobando concepções particulares sobre Nação – sociedade sedimentada pelo longo cultivo de tradições, costumes, língua, ideias, vocações, vinculada a determinado espaço de terra – e Estado – entidade de natureza política, instituída em uma Nação sobre a qual exerce controle jurisdicional – a Política Nacional seria, tendo como finalidades a Segurança e o Desenvolvimento, um dos pressupostos do conceito esguiano de poder Nacional, compreendendo os meios econômicos, políticos, militares, demográficos, diplomáticos e, substancialmente, geográficos.

O embrião doutrinário, a geopolítica e os ideais de potência mundial

Levantamos duas hipóteses numa tentativa de explicação das origens da Doutrina de Segurança Nacional. Em primeiro lugar, refutamos a influência direta e mecânica da política externa norte-americana representada pela Doutrina Truman e pelas necessidades da Guerra

Fria. Segundo, apontamos exclusivamente a originalidade da doutrina brasileira que, surgida no seio de uma tradição estatal consolidada pelo pensamento autoritário brasileiro do começo do século XX, teria em seu centro o pensamento geopolítico como fator determinante. Quanto ao primeiro ponto, suficientes obras já atestaram sua afirmação; do segundo, ocupamos nossa atenção. Em termos gerais, estamos propondo, em primeiro que: O pensamento geopolítico brasileiro, reestruturado no interior das Forças Armadas e erigido por intelectuais militares na Escola Superior de Guerra, tornou-se o principal elemento da ideologia do exército a partir de 1950, sendo responsável por vincular ao ideário social os termos Segurança e Desenvolvimento, permitindo sustentar – na conjugação desses termos com elementos territoriais, geoestratégicos e recursos naturais – o que seria conhecida como a ideologia do Brasil Potência.

A Doutrina de Segurança Nacional é exclusiva das Forças Armadas? Nos moldes doutrinários erigidos a partir de 1950, sim. No entanto, a Constituição Brasileira de 1935 já trazia em suas diretrizes os preceitos de segurança, formalmente referido às situações interna e externa; porém, sua prática e ênfase voltaram-se para a manutenção da ordem interna. A Lei nº 38 de 04/04/1935 define em seu Art. 1º como sendo crime contra a ordem política “*Tentar, diretamente e por fato, mudar, por meios violentos, a Constituição da República, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ela estabelecida*”. Adiante, no Art. 20, definia-se como crime de ordem social, entre outros: “*Promover, organizar ou dirigir sociedade de qualquer espécie cuja atividade se exerça no sentido de subverter ou modificar a ordem política ou social por meios não consentidos em lei*”. Autores como Edmundo Campos Coelho, defendem que a Lei de Segurança Nacional interna teria sido construída embasada no pensamento autoritário de raiz positivista, que subsistiria na condição de disciplinar a sociedade. Além da simplificação como mera obediência, nesse caso, disciplinar significaria treinar o indivíduo, torná-lo apto ao exercício de determinadas tarefas ou comportamentos esperados ou adequados numa dada conjuntura.

Não cabe aqui uma discussão detalhada acerca do pensamento autoritário brasileiro no período Vargas. Fazemos essa referência apenas para pontuar que os pensadores considerados autoritários propunham soluções antiliberais. Apresentava-se uma visão pedagógica do regime autoritário, como um agente necessário da transformação social e cívica do Brasil: o Estado seria o caminho para que se criasse a Nação, sem o estorvo das oligarquias nem das

massas despreparadas e irracionais⁸. Em síntese, pela história contraditória do povo brasileiro, mudar o estado das coisas visando um progresso pela via liberal seria insensato. Assim sendo, alguma coação seria necessária, permitindo à ideia de “autoridade” assumir um valor superior ao de “liberdade”. A liberdade representada pelo liberalismo, segundo essa ideia, seria desagregadora da sociedade e do território brasileiro, fortalecendo os poderes locais; enquanto o princípio da autoridade manteria unidos país e sociedade, povo e nação.

As Forças Armadas não estavam alheias a esse processo. Ao contrário, do interior dos quartéis surgiram projetos políticos que corroboravam com essa noção de autoritarismo e intervenção estatal. O estamento militar que havia chegado ao poder junto com Getúlio Vargas em 1930, passaria por um reaparelhamento de seus efetivos, por uma promoção monetária contundente e efetivaria uma inserção abrupta no Estado, inclusive na ocupação de cargos administrativos centrais. O general Góes Monteiro, genuíno porta-voz das aspirações de renovação nacional⁹ e defensor de um posicionamento interventor do exército na sociedade, preconizava, entre outras coisas, o nacionalismo econômico, ou seja, um Estado forte para a implantação de indústrias nacionais de base e exploração autônoma das riquezas do subsolo como única maneira, segundo ele, de construir a verdadeira segurança da nação e de fazer valer a “política do Exército”. E esse exército,

[...] um órgão essencialmente político; e a ele interessa, fundamentalmente, sob todos os aspectos, a política verdadeiramente nacional, de que emanam, até certo ponto, a doutrina e o potencial de guerra. A política geral, a política econômica, a política industrial e agrícola, o sistema de comunicações, a política internacional, todos os ramos de atividade, de produção e de existência coletiva, inclusive a instrução e educação do povo, o regime político-social – tudo enfim que afeta a política militar do país. [...] sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve ser criada no sentido de se fazer a política do Exército, e não a política no exército [...]. A política do Exército é a preparação para a guerra, e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades

⁸Oliveira Vianna, ao olhar para o país, identificava um homem que não pode tornar-se cidadão apenas pela força de um decreto e uma elite que não pode tornar-se democrático pelo mesmo motivo. A solução, segundo Oliveira Vianna, seria “organizar um conjunto de instituições específicas, um sistema de freios e contra-freios que, além dos fins essenciais a toda organização política, tenha também por objetivo: a) neutralizar a ação nociva das toxinas do espírito de clã no nosso organismo político-administrativo; b) quando não seja possível neutralizá-las, reduzir-lhes ao mínimo a sua influência e nocividade” (OLIVEIRA VIANNA, 1939, p.71). A atuação positiva deste sistema de freios e contra-freios deveria eliminar as mazelas dos complexos de clã, daí advindo eventualmente a democracia. A chave para construção do sistema de freios e contra-freios seria neutralizar o voto popular – ou, no mínimo, o voto popular naquilo que ele contém de expressão de particularismos e de solidariedades familiares e afetivas – favorecendo o surgimento de oligarquias esclarecidas. OLIVEIRA VIANNA, 1974.

⁹Fortemente cooptado pelo autoritarismo de Alberto Torres e Oliveira Viana, o general pregava um Estado fortemente centralizado voltado única e exclusivamente ao poder nacional, o que o ligava claramente ao modo de política estabelecida pelo fascismo italiano. GOÊS MONTEIRO, s/data, pág. 133-163.

da vida nacional, no campo material – no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda a natureza - e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da pátria. (MONTEIRO, p.133-163)

Duas posições estão bem destacadas: a função do Estado autoritário e a função que o próprio exército desempenharia nesse Estado. A característica peculiar dessa noção de autoritarismo é que ao Estado (um “ser” quase “independente” e dotado de “consciência”), para ser colocado nos trilhos do progresso e desenvolvimento, bastaria um poder central (neste caso as Forças Armadas), que organizasse recursos – inclusive humanos e a força se necessário – direcionando-os a um objetivo comum. Nesse intermédio, estariam apagadas as contradições internas, a luta entre as classes, as pressões externas, enfim, a sociedade/povo desaparece da equação.

Este é um ponto crucial da nossa argumentação. Isto porque sustentamos a afirmação de que o pensamento geopolítico é o principal fator organizador da ideologia militar a partir de 1949; no entanto, as primeiras evidências desse pensamento estão postas nessas visões erigidas no momento em que o exército se inseria no Estado.

As teorias geopolíticas encontram, nesse processo de ascensão do estamento militar, um terreno fértil à gênese de suas formulações que operam nessa mesma lógica autoritária. Totalmente atreladas às ideologias colonialistas do século XIX e XX¹⁰, além do uso maciço das armas - sustentando política e ideologicamente o conceito de nação superior - a geopolítica consolida-se, a saber, querendo explicar histórica e geograficamente o Estado e a construção de cenários e estratégias em situação de conflito. No entanto, esse Estado proferido com frequência de modo genérico, geralmente concebido aquém da literatura que procura dar conta de sua origem e desenvolvimento histórico, aparece no discurso geopolítico

¹⁰ O período que compreende esses dois séculos, assim como os discursos civilizatórios, é caracterizado pelos movimentos expansionistas coloniais, que guiados pelo mercantilismo – baseado na exploração territorial, na busca de matéria-prima barata e obtenção de riquezas naturais – nada mais representavam senão uma das formas, entendidas pelo historiador Marc Ferro, de imperialismo. É claro que a colonização e a conquista territorial podem ser imperialistas; mas, no século XIX, e até a Primeira Guerra Mundial, o imperialismo dispõe de meios de ação que podem se acomodar com a independência política: é este o caso da penetração do capital financeiro na China ou no Império Otomano, e também na Rússia.” (FERRO, 1996, p. 34). Independente das diferentes formas que possam assumir “os imperialismos”, uma premissa básica sustenta a todos: a dominação de outros povos foi o motor de toda essa expansão, não importando quais tenham sido os discursos que os justificaram, “religioso no tempo dos árabes, religioso ainda nas expedições cristãs contra os infiéis, religioso mais uma vez quando católicos e protestantes desejavam consolidar a expansão de sua fé, nos séculos XV e XVII” (FERRO, 1996, p. 34). Ainda que por de trás do discurso imperialista estivessem as necessidades de acumulação de riquezas – ou capital – os discursos imperiais, impregnados de racismos, tiveram papel importantíssimo na reprodução e manutenção da dominação. FERRO, 1996, p. 39.

como um dado *a priori*, desprovido de contradições internas e de movimento histórico. Apaga-se, assim como o faz o autoritarismo brasileiro, a natureza humana dos Estados e, no lugar, surge uma nova consciência: a geopolítica¹¹.

O Estado é um organismo não somente porque articula a vida do povo sobre a fixidez do solo, mas porque esta relação reforça-se por reciprocidade, ao ponto que formam não mais do que um único ser e que não se possa mais pensar em um sem o outro. Solo e povo alcançam esta situação, na medida em que possuem as características necessárias para a ação de um sobre o outro. Os limites do orgânico no Estado. Na ordem animal ou vegetal, o organismo mais perfeito é aquele cujas partes sacrificam a sua independência ao serviço do todo. Deste ponto de vista, o Estado permanece um organismo extremamente imperfeito. Os seus membros conservam uma independência que já não se encontra mais nas plantas e nos animais inferiores. O Estado situa-se no mesmo nível que certas algas ou certas esponjas. (RATZEL, 1987, p.62- 65.)

Segundo o alemão Friedrich Ratzel – influência decisiva em diferentes gerações de geopolíticos militares como Mario Travassos (1941), Lysias Rodrigues (1947), Golbery do Couto e Silva (1955), Carlos de Meira Mattos (1970) e tantos outros – os Estados, por serem organismos vivos, nascem, crescem, entram em apogeu, declínio e morrem como qualquer animal. Podem expandir-se, contrair-se, prosperar e até transplantar-se. E examinando o processamento da evolução dos Estados através da modificação de suas bases físicas, Ratzel formulou determinadas leis que explicariam a evolução geográfica dos espaços políticos. Leis estas, que permitiriam pensar o Estado como um ator político em constante expansão ou retração. E nessa expansão seriam decisivas, sob um poder centralizador, a posição geográfica dos Estados, seus recursos naturais, tamanho do território, integração interna etc. Essa ideia apareceria sustentada anos posteriores no Brasil;

[...] a maior extensão territorial será um fator muito importante no jogo de interesses internacionais. Um território de maior expressão, sobretudo um território rico, racionalmente ocupado e que desfrute de boa posição geográfica, pesará por cento na oportunidade em que se tenham de resolver conflitos de interesses entre nações¹². O homem é o agente, mas a natureza é que determina o que ele deve fazer. Sua

¹¹ Segundo o general Carlos de Meira Mattos, a “Geopolítica é palavra polêmica. Como ciência, igualmente, é de aceitação polêmica. Sua composição semântica vem de Geo-terra e política - arte de governar. As relações da terra e o homem já eram tratados antes do surgimento da Geopolítica, no campo da Antropologia e da Geografia Política [...] a Geopolítica como indicadora de soluções políticas condizentes às realidades ou necessidades geográficas [...]. Assim a Geopolítica se converte numa arte, a arte de guiar a política prática. A Geopolítica é a consciência geográfica do Estado”. MATTOS, ESG, 1976, p.89.

¹² ESG, Doutrina, 1959, p.105.

liberdade consistiria, assim, apenas em realizar mais ou menos depressa o ‘plano da natureza’, tal como um inspetor de veículos, que pode retardar ou acelerar o tráfego, com o manejo dos sinais de ‘pare’ ou ‘siga’, mas segundo vias já existentes. O papel da geopolítica seria, então, o de descobrir a ‘vocação’ de uma dada região. E o habitante, ‘if he is wise’, deve procurar agir para transformar em realidade tal vocação. (GUIMARÃES, ESG, 1962, p. 8)

Mas esse traço de determinismo geográfico é apenas um exemplo, mas não explica como isso se aplicaria ao caso brasileiro. Quais projetos permitiriam ao país, segundo esses autores, equacionar seus recursos e posição visando projetar-se internacionalmente? Quais reformulações foram feitas para atender a realidade brasileira? Dessas reformulações, quais traços atenderiam apenas ao contexto histórico de sua produção e quais iriam permanecer? Das respostas a essas perguntas temos apenas os indícios.

Diante de uma análise prévia de autores que produziram suas obras no período de Guerra (1939-1945) como o capitão Mario Travassos e o brigadeiro Lysias Rodrigues, sugere-se uma adaptação das teorias clássicas de geopolítica na afirmação da posição geoestratégica do Brasil na América do Sul, sobretudo na sua projeção externa. Se comparado com a década de 1950, conforme o exemplo exposto acima, esse é um traço permanente. Outra permanência será a afirmação do Brasil por suas potencialidades estratégicas e dimensionais, caso um poder central conseguisse guiá-lo como uma potência em ascensão. Lysias Rodrigues assim expressaria em 1947,

A impossibilidade material de estabelecer uma densa rede de ferro e rodovias é substituída inteligentemente pela rede de aerovias, que rapidamente cobre todo o país; a dificuldade de estender fios telegráficos por todo o território nacional é suprida com a implantação de postos radiotelegráficos por toda parte. Estimulou-se a navegação marítima e fluvial, organizaram-se os planos nacionais ferroviários e rodoviário, ao mesmo tempo em que uma centralização enérgica era desenvolvida pelo Governo Federal, cortando uns regionalismos doentios, coibindo expansões políticas absolutas, estabelecendo uma só bandeira, a nacional, um só hino, o do país, sob a mística soberana; “Grande, só o Brasil [...]” (RODRIGUES, 1947, p.57.)

O coronel Octavio Tosta, geopolítico filho da Escola Superior de Guerra, em 1962 confirmaria a proposição de Rodrigues,

O Brasil – verdadeira Nação-Gigante como observou Deffontaines, é o quarto país mais extenso do nosso planeta, situa-se em sétimo lugar em potencial humano, possui importantes recursos econômicos e naturais e ocupa privilegiada posição estratégica no Hemisfério Ocidental e, particularmente, na América do Sul [...]. O Brasil: com uma superfície que seria igual à dos Estados Unidos se este tivesse dois Texas, uma população atual de uns sessenta milhões e um incremento anual de um milhão e quinhentos mil, uma capacidade de organização não desprezível e recursos

naturais que tem sido comparável aos dos Estados Unidos, o Brasil deverá encerrar o século XX com uma população de uns cento e vinte e cinco milhões, um potencial econômico comparável ao dos Estados Unidos de hoje em uma posição predominantemente no mundo latino, europeu e americano. (TOSTA, ESG, 1964, p. 25 – 26)

O que estamos sustentando até aqui, como um princípio de pesquisa, é que o pensamento geopolítico – revela estratégias de poder e o modo pelo qual se produzem e se organizam as interpretações do espaço – estabeleceu relações consistentes com a ideologia militar e sua vertente interventora construída a partir 1930; tanto que no plano ideológico/discursivo, como sugere a investigação precedente, torna-se quase impossível separar o que é geopolítica do que seria a ideologia militar. Principalmente se levarmos em consideração as bases materiais nas quais essas ideias se ancoraram.

Como exemplos disso temos: a criação do Conselho Nacional de Estatística em 1931 e a organização do Serviço Geográfico e Histórico do Exército em 1932. Nesta esteira, em 1934, o Conselho Brasileiro de Geografia que comporia, posteriormente em 1938, o IBGE.

Além de um *status* acadêmico, adquirido em razão desses órgãos especializados, as análises geopolíticas encontravam ressonâncias nos dirigentes do Estado. Para o ministro Gustavo Capanema, figura central no governo de Vargas na busca de instrumentos que permitissem levar adiante a ação ‘modernizadora’, o Estado comandado por Getúlio Vargas incluía um novo tipo de gestão territorial, através de “[...] *um conhecimento melhor e sistemático do território do país [...]*”, pondo fim, de acordo com Capanema, “[...] *aos regionalismos desenfreados que comprometiam a todo o momento a integridade nacional*”¹³. Segundo o próprio Capanema, a unidade territorial era um horizonte claro de Getúlio Vargas.

O imperialismo do Brasil consiste em ampliar as suas fronteiras econômicas e integrar um sistema coerente, em que a circulação das riquezas e utilidades se faça livre e rapidamente, baseada em meios de transportes eficientes, que aniquilam as forças desintegradoras da nacionalidade. O sertão, o isolamento, a falta de contato são os únicos inimigos terríveis para a integridade do país. Os localismos, as tendências centrífugas são resultados da formação estanque de economias regionais fechadas. Desde que o mercado nacional tenha a sua unidade assegurada, crescendo-se a sua capacidade de absorção, estará solidificada a federação política. A expansão econômica trará o equilíbrio desejado entre as diversas regiões do país, evitando-se que existam irmãos ricos ao lado de irmãos pobres. No momento nacional só a existência de um governo central, forte, dotado de recursos suficientes,

¹³Schwartzman (org.), Estado Novo, um Auto retrato (arquivo Gustavo Capanema), p.21.

poderá trazer o resultado desejado. (CAPANEMA apud SCHWARTZMAN, p. 422-423)

Não é novidade que o fim da Segunda Guerra representou um período de forte ruptura. Para o pensamento geopolítico, esse corte vai ser acintoso porque as atenções que anteriormente estavam voltadas às questões geoestratégicas, de projeção e defesa, com o início da Guerra fria, iriam voltar-se às questões políticas, sociais e econômicas, tudo sob um prisma geográfico. A compreensão desse período de transição – caracterizado no Brasil pela criação da Escola Superior de Guerra – é indispensável na identificação dessas rupturas e, sobretudo, no modo como ocorreram. Reforçamos que esse trabalho se ocupará dessa transição.

A Escola Superior de Guerra é o ambiente no qual correntes ideológicas de vários matizes convergiram e disputaram as mentes dos oficiais e civis. E dessa disputa surgiram os contornos da Doutrina de Segurança Nacional. Sustentamos que essa doutrina era completamente distinta e alicerçada por um discurso modernizador/desenvolvimentista apoiado quase que totalmente nas elucubrações geopolíticas. No entanto, que elementos permitem compreender as causas da hegemonia desse pensamento? O que o torna distinto em relação ao período anterior? Que doutrina é essa que vai emergir dessa relação com a geopolítica? Que país é esse que vai se edificar na visão desses geopolíticos? É possível verificar a práxis desse pensamento nos projetos desenvolvimentistas, sobretudo no governo de Juscelino Kubitschek? Pode-se pensar na aplicabilidade desse pensamento na política externa “independente” (1961-1964)? Essas perguntas guiam o centro deste trabalho e para elas, só o desenrolar da pesquisa pode apresentar respostas. Contudo, algumas releituras podem indicar caminhos de investigação; a seguir, apontaremos uma delas.

No ano de 1974 na edição de Março/Abril da revista “A Defesa Nacional”, especializada em assuntos sobre geopolítica e estratégia, o tenente coronel Job Lorena de Sant’Anna abriu seu artigo intitulado “As Forças Armadas francesas” com os seguintes dizeres: “*Como está hoje o exército francês, que ajudou a formar os chefes de nossos chefes*”¹⁴. O grau de proximidade expresso na fala do tenente coronel sugere uma relação fecunda entre as duas instituições geradas muito antes do que se possa imaginar. João Roberto

¹⁴ Ver Coronel Job Lorena de Sant’Anna in Revista A defesa Nacional, 1974, edição Março/ Abril, p. 92.

Martins Filho mostra que o exército francês modificou o modo como os brasileiros pensariam o conceito de guerra e defesa¹⁵.

De acordo com a evolução do cenário político da Guerra Fria, o conceito de Segurança Nacional sofreria uma evolução e modificação do conceito de Guerra Total, para aquilo que ficaria conhecido como guerra insurrecional ou revolucionária¹⁶, ou seja, o modo de um conflito direto e, possivelmente devastador entre Estados Unidos e União Soviética, tomaria o lugar de uma guerra não mais circunscrita às fronteiras com um inimigo devidamente uniformizado, pelo contrário, um embate travado por agentes indefinidos, surgidos das entranhas do Estado, podendo estar em qualquer lugar e ser propagado por qualquer um¹⁷.

Estamos de comum acordo no entendimento de que a influência francesa iria determinar mudanças substanciais na ideologia militar do pós-guerra, contudo, propomos retirar o foco da guerra revolucionária para verificar outros aspectos de tamanha importância para aceitação dessa doutrina, principalmente o elemento geopolítico. Em primeiro lugar, ao contrário dos Estados Unidos, o exército francês instalou a guerra revolucionária no centro de seu ideário. Em segundo lugar, a doutrina francesa de segurança operava de acordo com a ideia de que o controle das informações era essencial, tornando-se impossível o combate à guerrilha sem um exército coeso e um comando político unificado; o exército, na doutrina francesa, era essencialmente político. Em terceiro lugar, a doutrina militar francesa procurava inserir o Estado no jogo de poder estabelecido na Guerra Fria, trilhando caminhos de inserção externa em âmbito regional, sem que isso conflitasse com interesses norte-americanos no Ocidente. Desse modo, vemos que a doutrina francesa tinha a geopolítica no centro de suas

¹⁵ MARTINS FILHO, João Roberto. A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964. Universidade Federal de São Carlos. Artigo disponível em <http://www.2.ufscar.br/uploads/forumgolpista.doc>

¹⁶ Em 1958, o Estado-Maior da Armada brasileira publicara alguns estudos sobre a guerra revolucionária, uma coletânea de quatro artigos traduzidos da Revue Militaire d'Information e um da Revue de Defense Nationale, intitulado "A técnica da insurreição" do general L. M, Chassin. Por sua vez, o Relatório do Seminário de Guerra Moderna, também de 1958, publicara as recomendações dos grupos de estudos reunidos na ECEME, constituídos por oficiais instrutores da escola, no sentido de que se incluíssem no currículo escolar assuntos relativos à guerra insurrecional. Ver sobre em ESTADO-MAIOR DA ARMADA. Alguns Estudos sobre a Guerra Revolucionária. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior, 1958.

¹⁷ O general Golbery, filho pródigo da Escola Superior de Guerra e figura extremamente importante no tocante à formulação da ideologia militar, expressa de modo pontual tal mudança: [...] Da guerra estritamente militar passou ela, assim, a Guerra total, tanto econômica e financeira e política e psicológica e científica, como guerra de exércitos, esquadras e aviões; de guerra total a Guerra Global; e de guerra global a guerra indivisível e - por que não reconhecê-lo? Permanente. A 'Guerra Branca' de Hitler ou a Guerra Fria de Stalin substituiu-se à paz e, na verdade, não se sabe já distinguir onde finda a paz e onde começa a guerra - uma evidência a mais, e esta sob todos os ângulos funestos, da geral confusão de valores em que periga soçobrar a civilização do mundo ocidental. COUTO e SILVA, 1967, p. 66.

preposições e propunha, sobre bases ainda que limitadas, uma projeção externa do Estado via estratégias territoriais. Voltando ao tenente coronel Job Lorena de Sant'Anna sobre a doutrina francesa:

A França adotou para suas forças armadas uma organização baseada numa nova concepção: 1- as condições da guerra moderna e a evolução das técnicas exigem, acima das distinções entre exército, marinha e força aérea, um comando único e fortemente centralizado. 2- a distinção admitida é a das metas, que tende a dar lugar a atual estrutura mais funcional, fundamentada sobre três diferentes objetivos; evitar a guerra; intervir em caso de conflito; defender o território. 3- as forças armadas integram cada vez mais a vida da nação: a nação de serviço militar tende a ser substituída pela de serviço nacional [...] guerra fria, guerra subversiva, guerra insurrecional, guerra limitada, guerra total são expressões que substituem o antigo binômio – guerra externa e guerra civil e ao fazê-lo, não hesita em afirmar que se “a sociedade democrática é incapaz de fornecer ao Exército o apoio necessário, então é necessário mudar a sociedade, não o Exército”. [...] **com o exército francês passamos a pensar o Brasil geopolítico** [grifo nosso]. (SANT'ANNA, A defesa Nacional, 1974, p.92- 95)

A doutrina francesa contribuiu para a ascensão da geopolítica como um fator relevante no exército. Como havíamos pontuado, por mais que a geopolítica já estivesse imbricada na ideologia militar nas décadas de 1930-1940, nesse momento, em função da guerra revolucionária e o conceito de inimigo interno, os analistas voltaram suas atenções à questões antes inexistentes ou relegadas a segundo plano. Entre os exemplos estavam: geopolítica anticomunista, geopolítica de integração e valorização espacial, geopolítica de expansionismo para o interior, geopolítica de participação na defesa ocidental, geopolítica voltada a formação do caráter nacional e geopolítica e desenvolvimento.

Fontes

Documentação militar: memórias, livros, documentos etc.

AMARAL GURGEL, J.A, Segurança e democracia: uma reflexão sobre a doutrina da ESG. Rio de Janeiro, Olympio, 1975.

BACKHEUSER, Everardo, A Estrutura Política do Brasil, 1926.

BARRETO, Castro, População, riqueza e segurança. Rio de Janeiro, biblioteca do Exército.

CAMARGO, Aspásia & GÓES, Walter de. Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

CARVALHO, Carlos Miguel d. de. Geographia Econômica do Continente Sul Americano. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1927.

_____. Introdução à geografia política. São Paulo, Francisco Alves, 1929.

_____, Geographia Humana; política econômica. São Paulo. Ed. Nacional, 1935.

_____, História diplomática do Brasil. São Paulo, ed. Nacional, 1959.

CASTRO, Theresinha de. América do Sul: Vocação Geopolítica. Escola Superior de Guerra,

1997.

CARVALHO, Carlos Delgado de & CASTRO, Therezinha de. A questão da Antártica. Revista do clube militar, 142, 1956.

CARVALHO, Elyseo de, O fator geográfico na política brasileira. Rio de Janeiro, S.A. Monitor Mercantil, 1921.

COUTO E SILVA, Golbery do (General). Planejamento estratégico. Brasília: Editora UnB, 1981.

_____. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro José Olympio, 1981.

CIDADE, Francisco de Paula. Notas de geografia militar sul-americana. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1940.

DUTRA, Eurico Gaspar. Anais do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1941. p.203.

ESTADO-MAIOR DA ARMADA. Alguns Estudos sobre a Guerra Revolucionária. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior, 1958.

FEHLBERG, Carlos. A revolução e sua presença no sul. In Revolução evolução. Brasília: AERP, 1970.

FONSECA, Leopoldo Nery da. Geopolítica, Rio de Janeiro, Bedeschi, 1940.

FREITAS, M. A. Teixeira, A transferência da Capital. Revista Brasileira dos Municípios, 4 (13): 59-63, 1951.

GRAÇA, Jaime Ribeiro da, A geografia da política externa. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1951.

GÓES MONTEIRO, Pedro Aurélio de. A Revolução de 1930 e a finalidade política do exército. R de Janeiro, Andersen, s/data.

_____. Relatório do Estado Maior do Exército. Brasília, 1938: Arquivo Centro de Documentação do Exército.

Discurso de Góes Monteiro. Boletim Interno n. 125, 1937. Brasília: Arquivo Centro de Documentação do Exército.

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares; relatório preliminar da segunda expedição geográfica ao planalto central do Brasil. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1947.

MELLO, Jayme Portella de Mello. A revolução e o governo Costa e Silva, ed. Guavira, RJ, 1979.

OLYMPIO, Mourão Filho, Memórias: A verdade de um revolucionário, 3 ed. L&PM, 1978. História Oral do Exército, 1964 31 de Março, biblioteca do exército, tomo 7,8 e 9, 2003, Rio de Janeiro.

MACEDO SOARES, José Carlos, Fronteiras do Brasil no regime colonial. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1939.

MATTOS, Carlos de Meira. Doutrina política de potência. In Revolução e Evolução. AERP, 1970.

_____. Brasil - Geopolítica e Destino. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1975.

_____. A geopolítica e as projeções do poder. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

RICARDO, Cassiano. Marcha para o oeste: A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1970.

RODRIGUES, Lysias. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947.

TAVARES, Aurélio Lyra. Compreensão de segurança nacional. In Tavares et al, Segurança

- Nacional, São Paulo: Serviço de Publicações da Fiesp, 1962.
- TRAVASSOS, Mário. Estrutura geo-militar do Brasil. In Cultura Política 1. Rio de Janeiro, 1941.
- _____. Projeção Continental do Brasil. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1947.
- VIANNA, Oliveira. Instituições Políticas do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar/Enap, 1986.
- VIVES, Jaime Vincens. Tratado General de Geopolítica. Barcelona, 1950.
- Escola Superior de Guerra: Departamento de Estudos, Boletins da ESG.
- ALMEIDA, Gastão Guimarães de, GONÇALVES, Yves Murillo, ANDREAZZA, Mário David, Estudos Estratégicos de Áreas Estratégicas, ESG, 1963.
- ALMEIDA, Jorge de Sá, A situação continental: Os grandes problemas do continente Americano. ESG, 1964.
- ARAÚJO, Antônio Andrade, Poder Nacional, Fundamentos e Fatores Militares. ESG, 1963.
- ARRUDA, Antônio, Poder Nacional, Fundamentos e Fatores Psicossociais. ESG, 1963.
- BRANCO, João Paulo do Rio, O Brasil e os Estados Unidos - Interesses e Relações. ESG, 1965.
- CABAL, Hélio, Relações Brasil – Estados Unidos da América. ESG, 1964.
- CUNHA, Ruy Vieira d. A História, a Geografia e o poder nacional. ESG, 1968.
- _____, Geografia e o poder nacional. Equipe do Departamento de Estudos. 1969.
- _____, Objetivos Nacionais Permanentes. ESG, 1969.
- ESG, Departamento de estudos; A influência dos fatores geográficos sobre o poder nacional. Equipe do Departamento de Estudos. 1961.
- _____, O poder nacional: conceitos básicos. Equipe do Departamento de Estudos 1963.
- _____, Os interesses e as Aspirações do Povo – Os objetivos Nacionais Permanentes. Equipe do Departamento de Estudos. 1964.
- _____, Objetivos Nacionais Permanentes. Equipe do Departamento de Estudos. 1967.
- _____, Premissas de segurança interna e hipóteses de guerra. Equipe do Departamento de Estudos. 1967.
- _____, Aspectos modernos da guerra. Equipe do Departamento de Estudos. 1967.
- _____, Aspectos modernos dos movimentos insurrecionais. Equipe do Departamento de Estudos. 1967.
- _____, Objetivos Nacionais Permanentes. Equipe do Departamento de Estudos. 1970.
- _____, A influência dos elementos geográficos sobre o poder nacional. Equipe do Departamento de estudos. 1972.
- _____, Brasil: realidade e desenvolvimento. Equipe do Departamento de Estudos. 1973.
- _____, Os serviços estrangeiros de informações de segurança nos Estados Unidos da América, Inglaterra e França. Equipe do Departamento de Estudos. 1973.
- _____, A geopolítica e o poder nacional. Equipe do Departamento de Estudos. 1973.
- _____, Manual Básico – Fundamentos de Doutrina – Escola Superior de Guerra, Equipe do Departamento de Estudos. Rio de Janeiro: Borsoi, 1976.
- _____, Liberdade e autoridade. Equipe da DAP. 1976.

- _____, Geopolítica. Equipe do Departamento de Estudos. 1977.
- FAISSOL, Esperidião, O quadro físico brasileiro. ESG, 1979.
- GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares, O poder Nacional: Fundamentos e Fatores geográficos. ESG, 1963.
- _____, O poder nacional – fundamentos e fatores geográficos, ESG. 1962.
- GOFF, Kenneth, A psicopolítica. ESG, 1976.
- LIMA, Alceu Amoroso, Interpretação dos interesses e das aspirações do povo brasileiro. ESG, 1963.
- LOBO, Lucillo Haddock, O Brasil e a América Latina: Interesses e relações. ESG, 1964.
- MAGALHÃES, Fernando Simas, O Brasil e a América Latina - Interesses e Relações. ESG, 1967.
- MAIA, Jorge de Oliveira, MORAES, Manoel Henrique Almeida d. A estratégia no campo político. ESG, 1963.
- MALAN, Alfredo Souto, Geopolítica e Segurança Nacional. ESG, 1963.
- MARSHALL, James, A soberania nacional e suas limitações. ESG, 1976
- MATTOS, Carlos de Meira Mattos, Geopolítica – a geopolítica e a teoria da forma e do espaço dos estados. ESG, 1976.
- _____, Conceito de potência mundial. ESG, 1976.
- OSÓRIO, Osório gen. Aspectos militares de natureza geográfica – aspectos de posição, extensão territorial, estrutura da área e clima, face aos problemas militares do país, ESG, 1960.
- PELLEGRINI, João Jacobus, Os principais problemas internacionais com que se defronta o Brasil como potência em ascensão. ESG, 1972.
- QUEIROZ, Alberto Bandeira d. Diferentes movimentos insurrecionais eclodidos nos diversos países da América Latina e suas possíveis repercussões no quadro da segurança nacional brasileira. ESG, 1967.
- RAMOS, Athos da Silveira, A ciência, a tecnologia e o poder nacional, ESG, 1963.
- REGO, José Tavares Bordeaux, MONTEIRO, Fausto de Carvalho, SILVA, Ernani Ayrosa d, Mobilização Nacional – logística mobilização e fortalecimento do potencial, ESG, 1963.
- RODRIGUES, José Honório, Aspirações e interesses nacionais do Brasil. ESG, 1978.
- _____, Características psicossociais do povo brasileiro – possibilidades e vulnerabilidades. ESG, 1978.
- RODRIGUES, Carlos Calero, As Nações Unidas e sua atuação em face dos problemas mundiais: posição do Brasil. ESG, 1964.
- SÁ, Jaime Magrassi D. Panorama da Economia Mundial: Posição do Brasil. ESG, 1963.
- SABER, Aziz Nacib Ab, Elementos Básicos da nacionalidade Brasileira – A terra. ESG, 1965.
- SOARES E SILVA, Edmundo de Macedo, Interpretação dos interesses e das aspirações do povo brasileiro: análise econômica, ESG, 1963.
- TOSTA, Octávio ten-col. Teorias geopolíticas, ESG, 1961.
- _____, Aspectos geopolíticos do Brasil. ESG, 1964.
- _____, Geopolítica aplicada – Aspectos Mundiais e Sul-Americanos. Coronel Octávio Tosta. 1966.
- TOTTEN, James W. As Relações Militares entre Brasil e os EUA. ESG, 1965.
- VENEU, Antônio Luiz Rocha, Áreas estratégicas brasileiras de natureza geográfica. ESG, 1979.

Referências Bibliográficas.

- ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ALVES FERRAZ, Francisco César. A guerra que não acabou; Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2012.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Geopolítica do Brasil. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- ARBILHA, José Maria. Arranjos institucionais e mudanças conceituais nas Políticas externas Argentina e Brasil (1989-1994). Contexto internacional, Rio de Janeiro, vol. 22, n2, julho/dezembro 2000, p.337-385.
- ARON, Raymond. Paz e Guerra entre as nações. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Universidade de Brasília/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.
- ARRUDA, Antônio. A escola superior de guerra: história de sua doutrina. São Paulo: GRD, 1983.
- ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira. O Satânico Doutor Go: A ideologia Bonapartista de Golbery do Couto e Silva. Tese de mestrado defendida no Programa de Ciências Sociais da PUC-SP, 1999.
- BANDEIRA, Moniz: Presença dos Estados Unidos no Brasil. Dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BEÇAK, Peggy, Evolução das relações comerciais Brasil - Estados Unidos de 1945 á 1995: no contexto da política externa e dos interesses nacionais, tese de doutorado USP-SP 2007.
- BONNET, Gabriel. Guerras Insurrecionais e Revolucionárias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- CARVALHO, José Murilo, Forças Armadas e Política no Brasil, Rio de Janeiro, Jorge ZAHAR editor, 2005.
- CASTRO, Celso e D^oARAÚJO, Maria Celina. Militares e política na Nova República. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- CAUBET, Christian. Por uma (nova?) epistemologia da geopolítica, em Caubet et al, Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Vértice, 1990.
- CERVO, Amado Luiz, Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. Rev. Bras. Polít. Int. 46 (2): 5-25 [2003]
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. ed. rev. São Paulo: Ática, 2002.
- CHIAVENATO, Júlio José. Geopolítica, Arma do Fascismo. São Paulo: Global, 1981.
- COELHO, Edmundo Campos. Em Busca de Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1976.
- COMBLIN, Joseph. A ideologia da segurança nacional. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.
- CONTADOR, Vicente, Modelo econômico e projeto de nação-potência: Brasil (1964-1985), tese defendida no departamento de História faculdade de filosofia, letras e ciências humanas da Universidade de São Paulo, SP 2007.
- COSTA, Wanderley Messias d, Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre território e poder, EDUSP, SP 2008.
- D^oARAÚJO, Maria Celina Soares. O segundo Governo Vargas (1951 – 1954): democracia, partidos e crise política. 2^a. Edição. São Paulo: Ática, 1992.
- D^oARAÚJO, Maria Celina Soares; SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. Visões do golpe: a memória militar sobre 1964. Relume Dumará, 1994.
- DEL VECCHIO, Ângelo. Política e Potência no regime militar brasileiro. In Revista Projeto História n. 29 tomo 1. São Paulo: Educ 2004.
- DRAIBE: Sônia. M. (1985) - Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do

Estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960). Rio de Janeiro, Paz e Terra.

FALCON, Francisco. História das Idéias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FAUSTO, Boris. O Pensamento Nacionalista Autoritário. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2001, p.53.

FERRAZ, Francisco César Alves. A sombra dos Carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra (1945-1955). Dissertação de Mestrado defendida no Departamento de História da UNESP, SP, 1994.

FERREIRA, Oliveiros S. La Geopolítica y El Ejército Brasileño. In BELTRÁN, Virgilio Rafael. El papel político y social de los Fuerzas Armadas en América Latina. Caracas: Monte Ávila Editora, 1970.

_____. Conceitos Estratégicos da II Guerra Mundial ao pós-Guerra Fria, In OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (org.). Segurança e defesa nacional: da competição à cooperação regional. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2007.

_____, Política Externa a Serviço de uma ideia Mesiânica, O Estado de São Paulo, 31.3.1974.

FONSECA, Sandra Rodrigues Braga Machado da. Uma Introdução à Geopolítica Clássica: de Ratzel a Haushofer, II Simpósio Regional de Geografia “Perspectivas para o Cerrado no Século XXI” Universidade Federal de Uberlândia: Instituto de Geografia, 2003.

GURGEL, José Alfredo A. Segurança e Democracia: uma reflexão política. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere, volume 2/ edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coeditor, Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. – 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HIRST, Monica; RUSSELL, Roberto. Democracia y política exterior: los casos de Argentina y Brasil. Buenos Aires, FLACSO, Série documentos e informes de investigación, no. 55, 1987.

LACOSTE, Yves. A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 2003.

LAMOUNIER, Bolívar. A formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In FAUSTO, Boris (org.). História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano (vol.2). São Paulo: Difel, 1985.

LIMA FILHO, Paulo Alves de. A economia do complexo industrial-militar – o caso do Brasil. Tese de doutorado defendida no departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 1993.

MARTINS FILHO, João Roberto. O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964 – 1969). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Unicamp, 1993.

_____. A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964. Universidade Federal de São Carlos. Artigo disponível em <http://www2.ufscar.br/uploads/forumgolpistas.doc>

MELLO, L. I. A. Quem tem medo da geopolítica? São Paulo: Edusp/Hucitec, 1999.

MIGUEL, Luís Felipe. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia de segurança nacional no Brasil. Diálogos Latinoamericanos, n.5, Universidad de Aarhus, 2002.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O Pensamento Geopolítico Brasileiro (1920-1980). Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da FFLCH da USP, 1981.

- _____. Geopolítica e Autoritarismo: o caso brasileiro. Revista de Cultura, v. LXXVIII, n. 10. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. Do Discurso Triunfalista ao Pragmatismo Ecumênico, Tese Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da FFLCH da USP, 1985.
- MOREIRA, Ruy. O pensamento geográfico brasileiro. São Paulo: Contexto, 2008.
- MOURA, Gerson. Sucessos e Ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- _____. Geopolítica e o Brasil potência. Série monografias. São Paulo: UNESP, 1985.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1976.
- _____. Militares: pensamento e ação política. Campinas: Papirus, 1987.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta e GOMES, Ângela Maria Castro Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- PEREIRA, Maurício B. Estado Novo: a constituição das bases do partido militar e do projeto Brasil Potência. Premissas Caderno do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp v 15-16, 1997.
- QUAINI, Massimo, Marxismo e Geografia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- ROCHA, Maria Selma de Moraes. A Evolução dos Conceitos da Doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da FFLCH da USP, 1996.
- SARAIVA, Miriam Gomes, A opção europeia de projeto de Brasil potência emergente, contexto internacional, Rio de Janeiro, n 11, jan-jun 90, p. 95-117.
- SCHWARTZMAM, Simon; HELENA, M. B. Bomeny e VANDA M.R. Costa. Tempos de Capanema. Rio de Janeiro, Paz e Terra; S. Paulo, Edusp. 1984.
- SIRINELLI, Jean-François. Este século tinha sessenta anos: a França dos sixties revisitada. Tempo, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 3, jan-jun. 2004.
- _____. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais In: RÉMOND, René (Org.). Por uma História Política. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- STEINBERGER, Margarethe Born. Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina. São Paulo: Educ/Cortez/Fapesp, 2005.
- STEPAN, Alfred. Os Militares na Política. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- _____. História Militar de Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. (org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- VAISMAN, Éster. O Problema da Ideologia na Ontologia de G. Lucàcks. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Filosofia da Universidade Federal da Paraíba, 1986.
- VESENTINI, José William. A Capital da Geopolítica. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- WINOCK, Michel. As idéias políticas. In: RÉMOND, 2003 In: RÉMOND, René (Org.). Por uma História Política. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

